CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO AUGUSTO FARIAS

Brasília, em 15 de dezembro de 1999

Senhor Deputado

Neste ano fui massacrado pela mídia e exposto à mais vil e torpe execração pública de que se tem notícia. Fatos inexistentes foram relatados como se fossem reais, quando não parcial e intencionalmente distorcidos.

Um dos veículos de que a mídia tem se valido, fartamente, são os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico. Públicos, por sua natureza, nem sempre o relato do que neles aconteceu correspondia ao corrido.

A tudo assisti, com paciência, sem escorregar para o bate-boca inútil, que a nada conduz e somente acirra ânimos, impedindo que terceiros, isentos, possam avaliar os episódios em sua devida dimensão.

Todavia, para que não pudesse esta minha posição ser confundida com covardia ou como confissão de culpa, resolvi quebrar o silêncio. Em discurso, da tribuna da Casa, fiz minha defesa e coloquei-me à disposição da CPI e da própria Câmara dos Deputados .

Solicito sua especial atenção para uma ligeira sinopse dos fatos.

Desde a indicação dos atuais Delegados, que conduziram o novo inquérito que apura a morte de meu querido irmão, venho declarando que se trata de declarados inimigos pessoais meus, sem a indispensável isenção para conduzir aquele feito. A conclusão do inquérito, pois, não poderia ser diferente: fui indiciado como co-autor de duplo assassinato.

Aguardo, com tranqüilidade, o pedido do Supremo Tribunal Federal à Câmara para dar prosseguimento ao processo criminal. Que fique muito bem claro: se ele vier, não me irei escudar atrás da imunidade parlamentar! Desejo, mais do que ninguém, que os fatos sejam apurados, imparcialmente. Estou certo de que serei ABSOLVIDO! Desde já reafirmo o meu apelo, feito da tribuna: desejo que o colega conceda a licença, pois assim estará me auxiliando, e muito.

Sempre afirmei e continuarei a afirmar que jamais participei de qualquer trama, ação, conluio ou conspiração que conduzisse ao assassinato de meu irmão. Os que me conhecem mais de perto bem sabem que a verdade é exatamente o contrário: eu daria, de muito bom grado, a minha própria vida, se necessário e possível fosse, para ter PAULO CÉSAR vivo!

Relacionar-me com a morte dele e, pior ainda, por ligações com o narcotráfico é infâmia, que repilo da forma mais veemente e vigorosa possível.

Encaro com naturalidade os trabalhos da CPI. Acho-os extremamente produtivos e necessários. A restrição que fiz foi a de que estaria havendo precipitação, de alguns membros, em dar declarações bombásticas antes que as denúncias fossem apuradas. Em mais de uma ocasião, acusações levianas contra a minha conduta têm sido divulgadas. Refiro-me especialmente às acusações do caminhoneiro Jorge Meres. Feitas há mais de 75 dias, até agora nada foi provado, com relação à minha pessoa.

Mas agora, os rumos estão mudando. Prova disso foi a investigação séria que apurou a falsa acusação de que eu teria pago 400 mil dólares a Badan Palhares para forjar um laudo. A pessoa que teria feito essa afirmação, quando interrogada pela CPI, tudo negou.

Igual posicionamento espero da CPI quando analisar o Relatório da Superintendência da Polícia Federal que entregou Relatório onde, sequer, meu nome está citado como envolvido em qualquer fato criminoso!

Em nove anos de mandato, nunca sofri qualquer punição regimental nem o Supremo Tribunal Federal remeteu expediente solicitando licença para prosseguimento de ação penal contra mim intentada.

Fiz depoimento perante a CPI, tendo voluntariamente prestado juramento (a tanto não estava obrigado mas fiz questão de que as minhas afirmações fossem proferidas sob esse compromisso). E afirmei, alto e bom som, que não participei nem participo de qualquer esquema ou rede envolvendo o narcotráfico ou protegendo narcotraficantes. Reafirmo, nesta oportunidade, que nunca, jamais, em tempo algum estive no Estado do Maranhão e muito menos na época e nas circunstâncias descritas pelo meu acusador. E, de igual modo, que jamais estive presente ou participei de qualquer encontro ou reunião com as pessoas que fariam parte do "esquema Campinas". Também reafirmo jamais ter estado naquela cidade do interior paulista, em toda a minha vida.

Faço essas afirmações com a mais absoluta tranqüilidade e, caso venha a ser formalmente desmentido, com provas idôneas, asseguro a V.Exa. que renunciarei ao meu mandato!

Seja-me permitido, ainda, abordar a questão dos meus sigilos bancário, fiscal e telefônico. Quando depus na CPI, abri o meu sigilo. O Presidente e o Relator da CPI disseram-me que os extratos bancários já chegaram. Isto há mais de 30 dias. Aguardo o pronunciamento da CPI. Se existissem depósitos vultosos ou de origem desconhecida, certamente o fato já teria vazado para a imprensa.

Sei que o homem público está sujeito a todo tipo de pressão, de exposição, de angústia. Mas não posso calar quando percebo uma hostilidade permanente, a qualquer preço e a qualquer custo, buscando envolver-me em episódios dos quais nunca participei.

Boa parte dessas atitudes estão relacionadas com questões políticas paroquiais, lá do meu Estado. Por isso mesmo, gostaria de lembrar que recebi manifestação escrita de políticos alagoanos que, mesmo de partidos contrários, não concordam com essas atitudes. Destaco as que foram prestadas pelo Dr. Téo Vilela, presidente do PSDB, e pelo ex-Ministro Renan Calheiros, do PMDB.

Aguardo o desenrolar dos acontecimentos com a serenidade de quem, tendo a consciência totalmente tranqüila, sabe que sua inocência será, a final, reconhecida e proclamada.

Peço que o colega não se deixe influenciar pela mídia e faça o seu julgamento à luz dos fatos.

Muito atenciosamente,

Deputado AUGUSTO FARIAS